



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/08/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O pijama furado



No dia 24 de agosto de 1954, sob intenso cerco da mídia (jornal O Globo à frente) que acusava seu governo de ser o mais corrupto da história, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração.

A verdade é que aos grandes capitalistas nacio-

nais e internacionais não interessava um governante que havia criado a Petrobras – após enorme campanha popular intitulada o Petróleo é nosso -, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Getúlio era atacado pelas suas qualidades, não por seus equívocos. A direita sabia muito bem o que queria.

Coincidência com o momento atual?

Esta semana, corajosamente, a presidenta Dilma irá ao Senado Federal. Não para se defender, mas para denunciar a trama armada para derrubá-la. Os critérios estabelecidos no Artigo 85 da Constituição brasileira deixam claro: não há crime de responsabilidade nos atos praticados por ela.

Dilma tem defeitos? Muitos. Mas não é por causa deles que querem afastá-la definitivamente da presidência da República. Como ocorreu com Getúlio há 62 anos, o que está em jogo é impedir o fortalecimen-

to da soberania nacional, cortar direitos e garantias fundamentais da sociedade, retirar direitos sociais estabelecidos respectivamente nos artigos 5º e 7º da Constituição.

Em 1994 houve um tiro na Constituição quando, pela Emenda Constitucional nº 8, no governo FHC, foi viabilizada a privatização de um setor estratégico: o das telecomunicações. Resultado: péssimos serviços, demissão e terceirização em massa. Uma empresa, Oi, “presente” em 26 estados – o que configura quase o monopólio privado do setor-, com uma dívida de R\$ 65 bilhões.

O Instituto Telecom não dissocia o futuro das telecomunicações do futuro econômico, político e social do país. Caso o golpe se estabeleça, de forma definitiva, pelas forças conservadoras, estarão colocadas as bases necessárias para acentuar o processo de entrega das riquezas nacionais, incluindo o pré-sal, a privatização, o corte de direitos dos trabalhadores e da sociedade.

Resistiremos.

O furo no pijama de Getúlio deve ser um símbolo para a luta de todos os democratas contra o golpe.

Instituto Telecom, Terça-feira, 23 de agosto de 2016

23/08/2016 - Instituto Telecom

Anatel projeta orçamento de R\$ 140 milhões em 2017

Segundo João Rezende, presidente da Anatel, a expectativa da agência para 2017 é de um orçamento na casa dos R\$ 140 milhões. Para este ano, disse Rezende, o orçamento da agência deve fechar em R\$ 110 milhões. Rezende falou em encontro com jornalistas para fazer o balanço de sua gestão. Segundo ele, seguindo orientação do TCU, a agência apresentou



ao Ministério do Planejamento a sua necessidade efetiva de recursos para o próximo ano, de R\$ 223 milhões, mas após a análise levando em conta o ajuste fiscal, o governo acabou optando por manter os valores mais próximos do que aconteceu em 2016.

Samuel Possebon, Teletime, 22 de agosto de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Ou seja, o PL acaba de vez com qualquer dúvida sobre o que seriam os bens que pertenceriam à concessão e o que seriam da União. O entendimento da Anatel, de que qualquer rede de banda larga seria reversível, já que carrega também serviço de voz, fica enterrada por essa interpretação legislativa.

Limite de frequência

Embora o projeto acabe com a devolução das frequências para a União, conforme previa a Lei Geral das Telecomunicações, após 30 anos, ele não acaba com o pagamento por sua ocupação, pelas renovações sucessivas. Mas o pagamento poderá ser feito com construção de redes e metas de atendimento, e não pelo pagamento em dinheiro como é atualmente.

O relator do projeto felizmente não acatou a emenda que propunha acabar com o limite de espectro que cada grupo econômico pode possuir. Essa medida, se liberada, poderia gerar uma excessiva concentração de poder a um único grupo econômico, visto que frequên-

cia é a razão de viver das empresas de telecomunicações e quanto mais espectro uma operadora tiver, mais bem posicionada ela está.

Jabuti

Jabuti não sobe em árvore. Mas sempre aparece em árvores do Congresso Nacional. Pois sem qualquer emenda, apareceu um último artigo ao PL 3453, que foi incorporado pelo próprio relator. É um artigo que remete à Constituição Federal as empresas que devem contribuir para o Fust (Fundo de Universalização).

Segundo parlamentares presentes à comissão, esse artigo foi incorporado por um pleito das emissoras de radiodifusão comercial, para deixar explícito que elas não têm que contribuir para o fundo, visto que seu faturamento não é gerado por assinaturas, mas por publicidade, que não tem vínculo com o setor de telecom. Mas como esse artigo mexe com o Fust, fundo que todos sabem do que se trata, e que pode despertar muitas atenções, é possível que saia do projeto.

23/08/2016 - Instituto Telecom

‘Internet ilimitada acabou mesmo’, insiste Rezende ao se despedir da Anatel

Calejado pelos quase cinco anos à frente da Agência Nacional de Telecomunicações, João Rezende deixa o posto por vontade própria na próxima semana, mas sustenta a posição que o colocou como alvo de consumidores no passado recente: a venda de planos ‘ilimitados’ de acesso a internet “acabou mesmo”.

É uma lógica sustentada pelo que entende ser dever do regulador, zelar pela saúde do mercado. Nessa linha, segue a cartilha das operadoras ao afirmar que a venda de conexões à rede por tarifas ‘flat’ favorece os maiores consumidores, em prejuízo de quem usa menos.

Mas em que pese a celeuma dos últimos meses, internet mal é mencionada no balanço que Rezende faz dos 57 meses em que presidiu à Anatel, conta que o coloca à frente tanto do antecessor Ronaldo Sardenberg (52 meses) como do pioneiro Renato Guerreiro (53 meses). No máximo, lembra dos leilões (2,5 GHz e 700 MHz) voltados à oferta de ‘banda larga móvel’.

Ele gosta mesmo de ser lembrado pelas medidas de transparência adotadas ao longo desse período, em especial a abertura das reuniões, com transmissão ao

vivo pela internet. Ou pela memória do que foi o ápice de popularidade do regulador nesse mesmo intervalo: a suspensão da venda de chips em 2012. Para Rezende, o resultado foi favorável por ter forçado investimentos que levaram à queda de 1,2 mil para 300 no número de municípios com indicadores “críticos” de qualidade.

O balanço lembra, ainda, da guinada regulatória para o atacado, com o Plano Geral de Metas de Competição e com a própria reestruturação da Anatel; da solução de mediação para o uso dos postes do setor elétrico; dos leilões do 4G e do funcionamento geral do setor durante os grandes eventos, Copas e Olimpíadas.

E arremetada com o legado dos TACs, ou termos de ajustamento de conduta, pelos quais as empresas trocam multas por investimentos em melhorias de redes. A Anatel até aprovou o primeiro deles, com a Oi, mas o acerto aguarda parecer do TCU, o que não deve acontecer antes de uma solução para a recuperação judicial da operadora.

Luís Osvaldo Grossmann , Convergência Digital, 22 de agosto de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/08/2016 - Sinttel-ES

Sinttel ingressa com recurso para garantir plano de saúde na Vivo

O departamento Jurídico do Sinttel-ES entrará, nas próximas horas, com dois recursos na Ação Civil Pública (ACP 0002011-75.2015.5.17.0002) que luta para breçar a implantação do sistema Be Flex, prejudicial aos/às empregados/as na Telefônica Vivo. Ambos os recursos objetivam garantir o caráter coletivo e a gratuidade nas custas processuais da ACP, depois que a juíza substituta da 2ª Vara do Trabalho de Vitória, Marcia Frainer Miura Leibel, negou a legitimidade do Sinttel para representar COLETIVAMENTE todos os/a trabalhadores/as da operadora. A decisão da juíza aconteceu na fracassada audiência de conciliação, ocorrida no dia 16/08, em que foi analisado o pedido de exclusão dos/as trabalhadores/as da GVT. Abaixo assinados foram entregues ao Sinttel por trabalhadores da antiga GVT, manifestando a decisão de saírem da ação.

“ Há um grande equívoco nessa decisão, que será contestada pelos nossos advogados, porque quando o departamento Jurídico do Sinttel ingressou com a ACP em dezembro de 2015, a GVT ainda não fazia parte da Telefônica Vivo e, portanto, seus os/as trabalhadores/as nunca fizeram parte dessa ACP. A incorporação da GVT ao Grupo Telefônica Vivo teve início em 2016. Então, como se pode excluir quem não está representado e tentar arquivar o processo?”, questiona o presidente do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann.

Somente os estados da Bahia e Espírito Santo questionaram judicialmente a implantação do Be Flex. Na Bahia, a Telefônica Vivo ainda não conseguiu impor o novo sistema. O Sinttel-ES entende que as mudanças impostas no Plano de Assistência Médica-Odontológica Be Flex prejudicam os/às empregados/as da Vivo, que perderam com a troca da operadora Bradesco Saúde e tiveram que migrar para a AMIL e/ou UNIMED. A mudança elevou os custos e precarizou a qualidade do atendimento.

Entenda o que Sinttel vem fazendo

Dia 23/12/2015 – O Sinttel-ES ingressa com a Ação Civil Pública contra a Telefônica Vivo, contestando a mudança do Plano de Assistência Médica-Odontológica que a empresa faria no mês de janeiro de 2016, sem consultar os/as trabalhadores, desobedecendo a

cláusula 19ª – parágrafo sétimo, do Acordo Coletivo de Trabalho em vigor à época.

No dia 16 de fevereiro/2016, o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Vitória decidiu dar ao Sinttel uma antecipação de tutela – uma decisão preliminar – para que a Vivo se abstivesse “ de perpetrar qualquer alteração nos atuais planos de assistência médica e odontológica, até ulterior autorização firmada por acordo coletivo de trabalho” . A Juíza Márcia Leibel deferiu (aceitou) o pedido do Sinttel e determinou que a Telefônica Vivo mantivesse as mesmas condições do Plano de Assistência Médica-Odontológica Bradesco e Unimed Seguros, já praticadas na vigência do ACT 2014/2015, até que novo acordo coletivo fosse celebrado. A Justiça reconheceu que a empresa realizou alterações nos Planos de Assistência Médica-Odontológica sem qualquer participação do Sindicato, violando, assim, a própria norma coletiva (parágrafo sétimo, da cláusula 19ª do ACT).

No dia 30/06/2016, teve nova audiência, e o Sinttel-ES perdeu a tutela que garantia a continuidade do Plano de Assistência Médica-Odontológica. Com isso, ela conseguiu colocar uma data limite para que os empregados migrassem para o Be Flex.

No dia 16/08/2016 a Justiça do Trabalho analisou o pedido de exclusão de trabalhadores/as da antiga GVT e o caráter coletivo da ACP. A Juíza aceitou essa tese.

Vivo comprou a GVT, mas discrimina os/as trabalhadores/as

A diretora do Departamento Jurídico do Sinttel-ES, Rita Dalmasio, disse que os trabalhadores da Vivo 2 (antiga GVT) assinaram uma lista (abaixo assinados) pedindo para serem excluídos da Ação Civil Pública, porque a empresa ameaçou de deixá-los sem plano de saúde até que a ACP fosse julgada definitivamente. “ Estamos investigando de onde partiu os abaixo assinados, se da empresa, emcabecado pelos supervisores, ou dos próprios trabalhadores que se sentiram ameaçados, pressionados pela Telefônica Vivo. Em todas as circunstâncias, a empresa discrimina os ex-trabalhadores da GVT, pois para esses, os planos de saúde são diferentes, assim como os reajustes salariais, o PPR, pisos por função, salários e etc.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Além disso, explica Rita, os/as companheiros/as da GVT não sofreram grandes mudanças diante da imposição do Be Flex, já que a eles a antiga GVT oferecia o plano de saúde Amil, o mesmo do sistema Be Flex da Vivo. É aquela situação da “Gabriela”, personagem do escritor Jorge Amado: Eu nasci assim, eu cresci assim, eu sou mesmo assim, vou ser sempre assim... Diferentemente dos/as trabalhadores/as da Vivo, que além de gastar mais com o plano, ainda tiveram que aceitar a piora no atendimento da Amil e/ou Unimed, conforme a opção de cada um.

“O que nos deixa perplexos é a cara de pau da empresa em oferecer 4 opções de benefícios dentro do Sistema Be Flex, cada uma com um custo e que cresce à medida que o trabalhador opte por mais coberturas. O empregado pode também optar por não ter nenhum plano de assistência médica e odontológica, o que se reverte em pontos como recompensa para serem trocados pelo auxílio-alimentação (tiquete)”, reclama a diretora, que cobra transparência em todo esse processo.

O que o Sinttel luta é para manter um plano de saúde para todos, independente da faixa salarial ou se é ex-empregado da GVT. “Com o processo de fusão, todos são empregados da Telefônica Vivo e precisam ser tratados com igualdade de direitos. Basta de discriminação e divisionismo. Isso só fortalece a Telefônica Vivo, que faz questão de manter um sistema de castas no RH”, critica Dalmasio.

A posição da Juíza:

“Vê-se ainda que, conforme registrado na ata de audiência realizada no dia 30 de junho de 2016, parte dos substituídos pretendem verse excluídos do polo ativo da demanda, na condição de substituídos.

Destarte, como se percebe, não se trata de direitos individuais homogêneos, mas HETEROGÊNEOS, na medida em que o prejuízo alegado pelo sindicato autor na exordial possui caráter subjetivo, tanto que alguns dos empregados não desejam ser abarcados pelos atos judiciais exarados nos presentes autos vez que possuem interesse na implantação do sistema Be Flex. É evidente que o interesse e o suposto prejuízo decorrentes da alteração das regras do plano de saúde dos integrantes da categoria não se tratam de direito individual homogêneo, posto que não transcendem o âmbito individual e sua dimensão coletiva não prevalece sobre a individual, pois diz respeito a cada trabalhador, considerado individualmente e a sua aferição depende da análise concreta de cada caso, de modo que a ação coletiva não é adequada para dirimir a controvérsia que, repito, deverá ser analisada caso a caso, pois as vantagens e desvantagens possuem caráter subjetivo. Diante do exposto, não possui o autor autorização legal para defender em juízo direitos individuais dos substituídos arrolados nos autos, porquanto o direito vindicado nesta demanda é individual HETEROGÊNEO, motivo pelo qual, deixo de apreciar o mérito da questão com fundamento no inciso VI, do art. 485, do CPC”. (copiado da ata de audiência).

O advogado do Sinttel-ES, nesta ACP, é Ângelo Latorraca e ele proará dois recursos: um Ordinário (RO) e um Embargo. Fique atento para os desdobramentos dessa Ação Civil Pública. Acompanhe o processo na WEB: nº 0002011-75.2015.5.17.0002, no site www.trt17.jus.br.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

22/08/2016 - RBA

Médicos lançam frente em defesa do SUS

Segundo sindicato, transfere dinheiro do Sistema Único de Saúde para iniciativa privada

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) lançou sexta-feira (19) a Frente em Defesa do Sistema Único de Saúde. Segundo o diretor da entidade José Erivalder Guimarães, a iniciativa tem como objetivo garantir o direito assegurado pela Constituição à população de ter atendimento público de saúde de qualidade e integral. A frente também luta contra as propostas do governo interino de Michel Temer que reduzem os investimentos em saúde e cria a possibilidade de as empresas oferecerem planos de saúde a preços baixos.

"A proposta do plano de saúde popular significa a população pagar mais um pouco para ter um atendimento ruim e restrito. Quando o usuário necessitar de uma cirurgia, por exemplo, vai ter que ir para o SUS", afirma Guimarães, em entrevista hoje (22) à Rádio Brasil Atual.

"As propostas que estão vindo, como a PEC 241 e

257, vão limitar o concurso público e diminuir os investimentos na área da saúde, vai piorar o caos que já existe", denuncia o sindicalista. Segundo ele, se o SUS já não consegue atender a toda a população brasileira com os atuais investimentos, os cortes planejados pela gestão Temer levarão a resultados desastrosos.

"Nós sabemos que o acesso ao SUS é difícil. Entretanto, ele é reconhecido mundialmente como um dos bons projetos que conseguiram ser viabilizados, no mundo, na área da saúde. Nós somos referência na vacinação, no tratamento dos aidéticos, no transplante renal e em uma série de áreas. Entretanto, há questões de acesso que são o grande gargalo, e ele existe porque falta financiamento. Com a proposta desse governo, tirando mais dinheiro, vai piorar e aumentar o risco de voltar algumas epidemias e doenças sobre as quais já temos um controle efetivo. Essas propostas podem criar um caos."

23/08/2016 - RBA

Número de trabalhadores sem carteira assinada volta a subir

Para diretor do Dieese, crescimento do trabalho informal é resultado da recessão econômica e afeta rendimentos

Para o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, o crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada, que segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE alcançou 10,3 milhões de pessoas no último mês de julho, é resultado do atual quadro de recessão econômica.

A desestruturação do mercado de trabalho preocupa, segundo Ganz Lúcio, porque os trabalhadores sem carteira, além de não contarem com a proteção previdenciária, registram rendimentos muito abaixo do salário mínimo.

Segundo a pesquisa, 5,5 milhões de trabalhadores informais recebem até meio salário mínimo (R\$

440,00) por mês, sendo que a metade desse contingente recebe rendimentos ainda inferiores, de até R\$ 220,00.

"Não só a informalidade, sem proteção laboral, vem aumentando por conta da crise, quanto os rendimentos das pessoas ocupadas são muito baixos, de um quarto à metade de um salário mínimo", afirma o diretor do Dieese.

Para Clemente, essa situação atinge um grupo elevado da população e o quadro só será revertido a partir da retomada do crescimento econômico, com ênfase na criação de empregos de qualidade, com carteira assinada e acesso à Previdência.